

Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Pós-graduação em Geografia/UFBA e Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL
sylvioms@ucsal.br

Barbara-Christine Nentwig Silva

Pós-graduação em Geografia/UFBA e Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/UCSAL
barbarans@ucsal.br

Maina Pirajá Silva

Doutoranda em Geografia/UFBA
mainapiraja@yahoo.com.br

Capital socioterritorial e indicadores de desenvolvimento: um estudo comparativo no Brasil

Resumo

Este trabalho analisa, com base em dados de 2010, a organização social no Brasil, medida pela distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL), comparando-as com os principais indicadores socioeconômicos. Para tanto, é adotado o conceito, apoiado na noção de capital social (PUTNAM, 1996), de capital socioterritorial, que valoriza o enredamento territorial, os laços de coesão e de cooperação e o enraizamento territorial. Inicialmente, é feita uma análise da relação Pessoas por FASFIL com o PIB *per capita* para as Grandes Regiões e para as Unidades da Federação. Os resultados confirmam os desequilíbrios regionais e os desequilíbrios interestaduais, isto é, onde a relação Pessoas/ FASFIL é mais favorável, a renda *per capita* é maior. Em seguida, a análise é feita para as principais regiões metropolitanas e para as metrópoles, envolvendo, além do PIB *per capita*, sete indicadores socioeconômicos (IDH, Índice de Gini, Esperança de vida ao nascer, Mortalidade infantil, Pessoas com nível superior completo, Porcentagem de vulneráveis à pobreza e Formalização dos ocupados). Os resultados são mais expressivos do que na escala das Unidades da Federação, especialmente no nível das metrópoles, ou seja, expressam mais destacadamente a relação entre FASFIL e capital socioterritorial.

Palavras-chave: Capital socioterritorial, Desenvolvimento, Unidades da Federação, Regiões metropolitanas, Metrópoles.

Abstract

SOCIO-TERRITORIAL CAPITAL AND DEVELOPMENT INDICATORS: A COMPARATIVE STUDY IN BRAZIL

This paper analyzes, based on data from 2010, the social organization in Brazil, measured by the distribution of Private Foundations and Non-Profit Associations (FASFIL), comparing them with the main socioeconomic indicators. The concept of socio-territorial capital is adopted, based on the notion of social capital (PUTNAM, 1996). This concept values the territorial networking, the bonds of cohesion and cooperation and the territorial rooting, that is, the interaction in different sectors and scales. An analysis is made for the relation between by FASFIL and GDP per capita for the Major Regions and for the Federation Units. The results confirm regional imbalances and interstate imbalances, that is, where there is more FASFIL income is higher. The analysis is also done for the main metropolitan regions and for the metropolises, now involving, in addition to GDP per capita, seven socioeconomic indicators (HDI, Gini index, Life expectancy at birth, Infant mortality, Persons with complete upper level, Percentage of vulnerable to poverty and Formalization of the employed). The results are more expressive than in the scale of the Federation Units, especially at the level of the metropolises, that is, they express more prominently the relation between FASFIL and socio-territorial capital.

Key-words: Socio-territorial capital, Development, Units of the Federation, Metropolitan regions, Metropolis.

1. Introdução

Em trabalho anterior, foi analisada, com base em dados de 2005, a organização social no Brasil, medida pela distribuição das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) (IBGE, 2008a), comparando-os com os principais indicadores socioeconômicos (SILVA; SILVA; SILVA, 2009). A conclusão foi a de que “não é possível afirmar que há uma relação determinista entre os níveis elevados de organização social e melhores indicadores socioeconômicos em todo o Brasil, mas há sinais positivos que apontam para essa direção” (SILVA; SILVA; SILVA, 2009, p. 631).

O presente trabalho inova nas escalas de análise, ou seja, faz agora análises para as mais importantes Regiões Metropolitanas (RMs)/RIDE brasileiras e para as suas metrópoles, aproveitando a disponibilidade dessas informações em 2010, além das Grandes Regiões e Unidades da Federação, trabalhadas no artigo anterior.

Assim, o objetivo geral é o de relacionar a distribuição das organizações sociais no Brasil, com indicadores socioeconômicos na escala das Grandes Regiões e Unidades da Federação, com prioridade para 12 Regiões Metropolitanas/RIDE selecionadas e suas metrópoles.

A hipótese básica é a de que haveria uma correspondência significativa, mesmo com variações escalares, entre padrões mais expressivos de organização social com indicadores sociais e econômicos mais relevantes e, por conseguinte, uma relação entre padrões pouco expressivos de organização social com indicadores sociais menos relevantes, nas unidades territoriais escolhidas.

2. Conceitos básicos, materiais e métodos

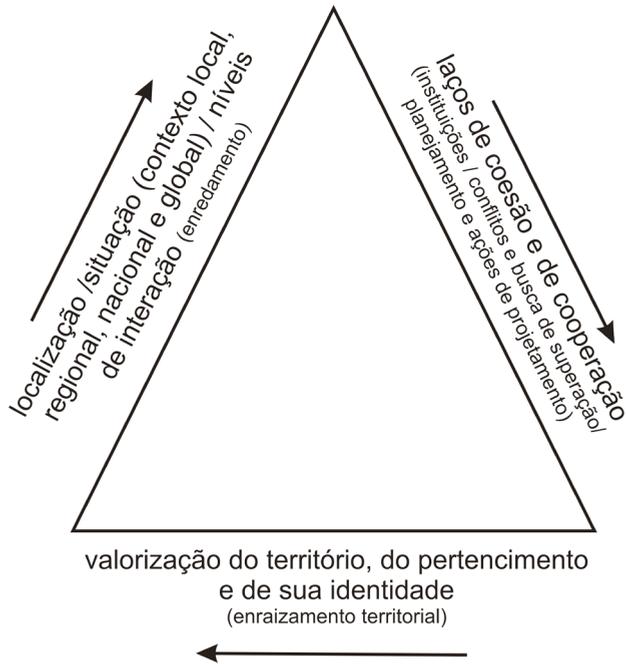
Como no trabalho anterior, o conceito de partida é o de capital social, definido por Putnam (1996, p. 177), como o conjunto de “características de organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Já a relação capital social e desenvolvimento é bem discutida no livro editado por Evans (1997).

Tentando integrar mais fortemente a noção de capital social com as questões territoriais, os autores retomam e ampliam uma proposta anterior de Silva, Silva e Coelho (2008, p. 118) de capital socioterritorial relacionada com o desenvolvimento, assim especificada de forma esquemática (Figura 1).

O lado do triângulo *localização/níveis de interação* valoriza os recursos locais/regionais, advindos da sua situação geográfica e socioeconômica, e sua inserção nas redes nacionais e globais.

O lado dos *laços de coesão e de cooperação* destaca o papel das instituições e da capacidade organizacional em valorizar as questões de interesse comum, superando as de interesse particular e os conflitos, e em planejar e projetar o futuro. Aqui entram como um importante indicador as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos. Já a base do triângulo reside, efetivamente, na busca do *enraizamento territorial* através, sobretudo, da valorização da *identidade do território*.

Figura 1
CAPITAL SOCIOTERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO



Elaboração: Autores com base em Silva, Silva e Coelho (2008, p. 118).

A plena integração entre estes três lados da questão territorial é assumida como estratégica para a efetivação da relação entre território, capital social e desenvolvimento.

Com este embasamento teórico-conceitual, como indicador da capacidade organizacional da sociedade brasileira, ou seja, do seu capital social, foram tomadas as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, cujos dados são disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

São consideradas FASFIL “as organizações existentes no CEMPRE (Cadastro Central de Empresas) como entidades sem fins lucrativos [...] e que se enquadram, simultaneamente, nos cinco seguintes critérios:

- a) privadas, não integrantes, portanto, do aparelho de Estado;
- b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades finais;
- c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores” (IBGE, 2008a, p. 12-13).

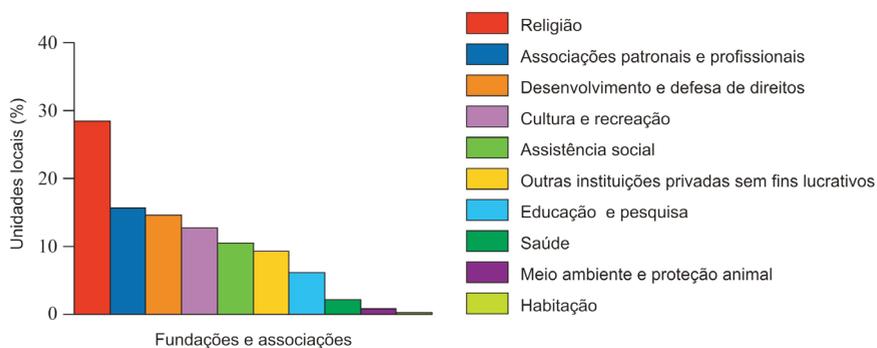
Por conseguinte, para a realização desta pesquisa, que faz uma análise comparativa da relação entre a distribuição das organizações sociais no Brasil e os indicadores socioeconômicos em diferentes níveis territoriais, foram utilizadas as seguintes variáveis: PIB *per capita* (IBGE, [2010b], [2010c]), Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Taxa de mortalidade infantil, Esperança de vida ao nascer, Pessoas com 10 anos ou mais com nível superior completo, Porcentagem de vulneráveis à pobreza¹ e Formalização dos ocupados² (PNUD, 2010). Além disso, foram divididos os valores absolutos de FASFIL pela população de cada unidade espacial correspondente.

Assim, a hipótese, com maior detalhamento, é a de que os territórios, em suas diferentes escalas, com maior presença das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos teriam o fortalecimento do capital socioterritorial, nos três lados do triângulo apresentado, repercutindo favoravelmente em níveis mais elevados de desenvolvimento.

3. Análise das informações sobre fundações e associações sem fins lucrativos

Analisando, inicialmente, as informações gerais sobre as FASFIL, em 2010, por setores de atividade, percebe-se que há uma destacada participação das associações ligadas à Religião, com 29% do total, contrastando com as ligadas à Habitação, com 0,1 % do total (Figura 2). É importante ressaltar a relação de todos os setores, como indicadores de capital social, com questões relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico em diferentes territórios.

Figura 2
FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL, POR SETORES DE ATIVIDADES - 2010



Fonte: IBGE (2010a). Elaboração: Autores.

3.1 Organização socioterritorial e desenvolvimento: indicadores comparativos e reflexões

A primeira escala de análise na relação organização social e desenvolvimento é a das Grandes Regiões brasileiras, conforme apresenta a Tabela 1. A relação é entre Pessoas por fundações e associações (quanto menor a relação, maior será a importância das FASFIL nas regiões) com o PIB *per capita*, sendo mais favorável para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As regiões Nordeste e Norte ocupam as duas últimas posições, apontando, portanto, para os grandes desequilíbrios macrorregionais brasileiros já bastante discutidos desde a década de 1950.

Tabela 1

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PIB *PER CAPITA* NAS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 2010

Grandes Regiões	Pessoas por fundações e associações	Grandes Regiões	PIB per capita
Sul	437	Sudeste	25.984
Sudeste	625	Centro-Oeste	24.939
Centro-Oeste	748	Sul	22.721
Nordeste	798	Norte	12.702
Norte	1.123	Nordeste	9.561

Fonte: IBGE (2010a, [2010b], [2010c]). Elaboração: Autores.

A segunda comparação é feita para as 27 Unidades da Federação (Tabela 2), também com as variáveis Pessoas por fundações e associações e PIB *per capita*. Como na análise anterior, de 2005 (SILVA; SILVA; SILVA, 2009), 11 Unidades da Federação apresentam uma relação relativamente significativa, ou seja, somente com alteração da posição hierárquica de cada estado em até três posições, levando em conta a ordem hierárquica das duas variáveis. Assim, por exemplo, Santa Catarina muda do 1° lugar para o 4° lugar, comparando-se as duas variáveis. Para o Espírito Santo há uma perfeita simetria. É o 5° estado em Pessoas por FASFIL e em renda *per capita*. A variação de Mato Grosso do Sul é também muito pequena. Já São Paulo ocupa uma posição intermediária na relação Pessoas por FASFIL, subindo para o 2° lugar em PIB *per capita*, após o exemplo excepcional do Distrito Federal por sediar a capital do país.

Os estados do Centro-Oeste, por sua vez, situam-se em posições intermediárias no número de Pessoas por fundações e associações (à exceção de Mato Grosso do Sul) e posições mais elevadas no PIB *per capita*.

Observa-se também, em termos gerais, que os estados do Norte e do Nordeste ocupam posições inferiores na relação Pessoas por FASFIL e alguns posições intermediárias no PIB *per capita*. Os estados do Sul e do Sudeste estão nos lugares mais destacados para os dois levantamentos, confirmando, mais uma vez, os tradicionais desequilíbrios regionais brasileiros.

Tabela 2

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PIB *PER CAPITA* NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL - 2010

Unidades da Federação	Pessoas por fundações e associações	Unidades da Federação	PIB per capita
Santa Catarina	378	Distrito Federal	56.093
Rio Grande do Sul	421	São Paulo	31.376
Paraná	504	Rio de Janeiro	28.134
Minas Gerais	533	Santa Catarina	24.603
Espírito Santo	550	Espírito Santo	24.271
Distrito Federal	588	Rio Grande do Sul	22.560
Rio de Janeiro	618	Paraná	21.563
Ceará	650	Mato Grosso do Sul	19.303
Mato Grosso do Sul	656	Mato Grosso	18.650
Rondônia	658	Minas Gerais	17.917
Paraíba	669	Goiás	17.784
São Paulo	692	Amazonas	17.475
Piauí	729	Rondônia	15.303
Sergipe	743	Roraima	14.739
Bahia	745	Sergipe	12.769
Mato Grosso	746	Amapá	12.305
Rio Grande do Norte	763	Tocantins	11.859
Tocantins	792	Rio Grande do Norte	11.422
Goiás	908	Acre	11.373
Pernambuco	985	Pernambuco	11.049
Maranhão	989	Bahia	11.016
Acre	994	Pará	10.908
Pará	1.225	Ceará	9.386
Roraima	1.357	Paraíba	8.901
Alagoas	1.367	Alagoas	8.696
Amazonas	1.476	Piauí	7.142
Amapá	1.712	Maranhão	7.044

Fonte: IBGE (2010a, [2010b], [2010c]). Elaboração: Autores.

Por outro lado, é preciso ressaltar o exemplo de Unidades da Federação que estavam bem situadas na relação Pessoas por fundações e associações e não bem colocadas no PIB *per capita*. O contrário também ocorre, ou seja, unidades com posições inferiores na relação Pessoas por FASFIL que subiram várias posições no PIB *per capita*. Dentre as unidades do primeiro caso, os exemplos mais significativos são os do Ceará (desceu 15 posições), Paraíba e Piauí (cada estado descendo 13 posições). Neste caso, deve-se admitir que o capital social não se refletiu, em termos significativos, na renda *per capita*.

Já os estados que mais subiram posições são Amazonas (14 posições), Amapá (11 posições), São Paulo e Roraima (10 posições), sendo o último já bem colocado na relação Pessoas/FASFIL. É possível supor que a mudança nas posições que ocorreu com o estado do Amazonas está relacionada ao peso do Polo Industrial de Manaus no PIB estadual. Em São Paulo, a explicação seria em função do tamanho do PIB estadual, o maior do país, e em Roraima e Amapá, da importância do setor público em cada economia estadual, constituindo as chamadas “economias do contra-cheque”.

Prosseguindo, a Tabela 3 apresenta uma análise detalhada para 11 Regiões Metropolitanas e uma RIDE (Distrito Federal e Entorno), que não pôde ser realizada anteriormente por falta de dados. A escolha desses recortes foi por entender que essas regiões são consideradas como as de maior hierarquia na rede urbana brasileira, assim classificadas pelo IBGE (2008b) em sua pesquisa *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC). O IBGE, na citada publicação, apresenta as metrópoles como uma só unidade territorial, isto é, uma metrópole é colocada na hierarquia urbana brasileira com sua Região Metropolitana. Ressalta-se que este trabalho utilizou apenas os municípios que compõem as RMs/RIDE, não englobando os municípios das áreas de expansão metropolitana.

Novamente, as Regiões Metropolitanas do Sul/Sudeste (à exceção da RIDE Distrito Federal e Entorno) aparecem nas primeiras posições e as do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte nas posições intermediárias ou nas últimas posições, nas duas variáveis analisadas, ou seja, Pessoas por fundações e associações e PIB *per capita*. Observa-se que a Região Metropolitana de Belém tem um PIB *per capita* quase quatro vezes menor do que o do Distrito Federal e Entorno.

Tabela 3

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PIB *PER CAPITA* NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	PIB per capita
Curitiba	608	→	DF e Entorno	41.715
Porto Alegre	616	→	São Paulo	37.404
Belo Horizonte	630	→	Curitiba	31.268
Rio de Janeiro	641	→	Porto Alegre	27.034
DF e Entorno	694	→	Belo Horizonte	25.702
São Paulo	723	→	Manaus	25.051
Goiânia	964	→	Rio de Janeiro	24.759
Fortaleza	1.029	→	Salvador	20.471
Recife	1.138	→	Goiânia	18.360
Salvador	1.141	→	Recife	16.483
Belém	1.355	→	Fortaleza	13.861
Manaus	1.391	→	Belém	11.467

Fonte: IBGE (2010a, [2010b], [2010c]). Elaboração: Autores.

O mesmo desequilíbrio ocorre na relação entre Pessoas por FASFIL e IDH, destacando-se a perfeita simetria nas posições inferiores das RMs de Belém e Manaus (Tabela 4).

Tabela 4

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E IDH NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	IDH
Curitiba	608	→	São Paulo	0,794
Porto Alegre	616	→	DF e Entorno	0,792
Belo Horizonte	630	→	Curitiba	0,783
Rio de Janeiro	641	→	Belo Horizonte	0,774
DF e Entorno	694	→	Rio de Janeiro	0,771
São Paulo	723	→	Goiânia	0,769
Goiânia	964	→	Porto Alegre	0,762
Fortaleza	1.029	→	Salvador	0,743
Recife	1.138	→	Recife	0,734
Salvador	1.141	→	Fortaleza	0,732
Belém	1.355	→	Belém	0,729
Manaus	1.391	→	Manaus	0,720

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Uma perfeita simetria acontece também nas posições mais elevadas de Curitiba e Porto Alegre e nas posições intermediárias e inferiores de Fortaleza e Salvador, respectivamente, na análise das Pessoas por FASFIL e Índice de Gini (Tabela 5). Para o Índice de Gini, quanto maior o valor, maior a desigualdade de renda. Merece um comentário especial a posição do Distrito Federal e Entorno no penúltimo lugar no Índice de Gini, indicando a importância da concentração de renda, certamente como decorrência da estrutura salarial nos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Tabela 5
 RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E ÍNDICE DE GINI NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	Índice de Gini
Curitiba	608	→	Curitiba	0,55
Porto Alegre	616	→	Porto Alegre	0,56
Belo Horizonte	630	→	Goiânia	0,57
Rio de Janeiro	641	→	Belém	0,59
DF e Entorno	694	→	Belo Horizonte	0,59
São Paulo	723	→	Rio de Janeiro	0,60
Goiânia	964	→	São Paulo	0,60
Fortaleza	1.029	→	Fortaleza	0,61
Recife	1.138	→	Manaus	0,61
Salvador	1.141	→	Salvador	0,62
Belém	1.355	→	DF e Entorno	0,64
Manaus	1.391	→	Recife	0,64

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

A relação entre Pessoas por FASFIL e Esperança de vida ao nascer retoma claramente os desequilíbrios regionais brasileiros (Tabela 6). Entre Porto Alegre, Goiânia e Manaus existe uma perfeita relação na posição hierárquica, embora em níveis diferentes.

Tabela 6

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	Esperança de vida ao nascer
Curitiba	608	→	DF e Entorno	76,4
Porto Alegre	616	→	Porto Alegre	76,3
Belo Horizonte	630	→	Curitiba	76,2
Rio de Janeiro	641	→	São Paulo	76,2
DF e Entorno	694	→	Belo Horizonte	75,9
São Paulo	723	→	Rio de Janeiro	75,3
Goiânia	964	→	Goiânia	75,1
Fortaleza	1.029	→	Salvador	74,5
Recife	1.138	→	Belém	74,0
Salvador	1.141	→	Fortaleza	73,9
Belém	1.355	→	Recife	73,8
Manaus	1.391	→	Manaus	73,7

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Na Tabela 7 repetem-se as mesmas cinco Regiões Metropolitanas com os valores de Mortalidade infantil nas últimas posições como ocorreu também na análise da Tabela 6. Outras cinco Regiões Metropolitanas descem ou sobem de posições até quatro níveis. Curitiba e Porto Alegre localizam-se nas primeiras duas posições.

Tabela 7

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E MORTALIDADE INFANTIL NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	Mortalidade infantil*
Curitiba	608	→	Porto Alegre	11,1
Porto Alegre	616	→	Curitiba	11,2
Belo Horizonte	630	→	Goiânia	13,0
Rio de Janeiro	641	→	São Paulo	13,0
DF e Entorno	694	→	DF e Entorno	13,2
São Paulo	723	→	Rio de Janeiro	13,7
Goiânia	964	→	Belo Horizonte	13,9
Fortaleza	1.029	→	Salvador	16,2
Recife	1.138	→	Fortaleza	16,8
Salvador	1.141	→	Recife	17,3
Belém	1.355	→	Manaus	17,4
Manaus	1.391	→	Belém	19,1

*Até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos).

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Tomando as Pessoas com Nível superior completo e a sua relação com Pessoas por FASFIL, as RMs de Rio de Janeiro, Recife e Manaus ficam colocadas na mesma ordem hierárquica, considerando as duas variáveis, sendo que Manaus ocupa as últimas posições na Tabela 8. A posição das demais Regiões Metropolitanas nordestinas e nortistas ocupa os lugares mais baixos.

Tabela 8

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PESSOAS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	Pessoas com nível superior completo*
Curitiba	608	→	DF e Entorno	13,5
Porto Alegre	616	→	Curitiba	13,4
Belo Horizonte	630	→	São Paulo	13,2
Rio de Janeiro	641	→	Rio de Janeiro	11,9
DF e Entorno	694	→	Goiânia	11,4
São Paulo	723	→	Belo Horizonte	11,3
Goiânia	964	→	Porto Alegre	10,6
Fortaleza	1.029	→	Salvador	9,4
Recife	1.138	→	Recife	9,0
Salvador	1.141	→	Belém	8,1
Belém	1.355	→	Fortaleza	7,3
Manaus	1.391	→	Manaus	6,9

*Pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Os contrastes também são grandes quando se toma o Percentual de vulneráveis à pobreza relacionando com as Pessoas por FASFIL (Tabela 9). Curitiba e Porto Alegre têm uma perfeita relação hierárquica nas primeiras duas posições entre as duas variáveis. Destaca-se que a Porcentagem de vulneráveis à pobreza é três vezes maior em Fortaleza e Recife do que Curitiba.

A persistente situação de desequilíbrios intermetropolitanos é rompidada, parcialmente, na relação entre Pessoas por FASFIL e Formalização dos ocupados, com Recife e Salvador ocupando uma melhor posição que Goiânia. Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte formam um conjunto nas primeiras posições da Tabela 10.

Tabela 9

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PORCENTAGEM DE VULNERÁVEIS À POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	% de vulneráveis à pobreza
Curitiba	608	→	Curitiba	13,09
Porto Alegre	616	→	Porto Alegre	15,53
Belo Horizonte	630	→	São Paulo	16,64
Rio de Janeiro	641	→	Goiânia	17,12
DF e Entorno	694	→	Belo Horizonte	19,33
São Paulo	723	→	Rio de Janeiro	21,06
Goiânia	964	→	DF e Entorno	21,61
Fortaleza	1.029	→	Salvador	33,25
Recife	1.138	→	Belém	37,05
Salvador	1.141	→	Manaus	37,41
Belém	1.355	→	Recife	39,47
Manaus	1.391	→	Fortaleza	39,68

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Tabela 10

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS/RIDE EM ESTUDO - 2010

RM/ RIDE	Pessoas por fundações e associações		RM/ RIDE	Formalização dos ocupados*
Curitiba	608	→	Belo Horizonte	73,06
Porto Alegre	616	→	Porto Alegre	72,79
Belo Horizonte	630	→	Curitiba	72,35
Rio de Janeiro	641	→	São Paulo	71,85
DF e Entorno	694	→	Rio de Janeiro	68,14
São Paulo	723	→	DF e Entorno	67,49
Goiânia	964	→	Salvador	65,61
Fortaleza	1.029	→	Recife	62,82
Recife	1.138	→	Goiânia	61,46
Salvador	1.141	→	Manaus	57,14
Belém	1.355	→	Fortaleza	56,69
Manaus	1.391	→	Belém	52,82

*Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais.

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Prosseguindo, as mesmas análises anteriores são feitas para as principais metrópoles brasileiras. A relação Pessoas por FASFIL e PIB *per capita* nas metrópoles (Tabela 11) quase reproduz o que ocorreu nas Regiões Metropolitanas e RIDE. As metrópoles do Sul e Sudeste e Brasília novamente se destacam por ocupar as primeiras posições.

Tabela 11

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PIB *PER CAPITA* NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações	Metrópole	PIB per capita
Porto Alegre	456	Brasília	56.093
Curitiba	468	São Paulo	39.717
Belo Horizonte	540	Curitiba	33.123
Brasília	588	Rio de Janeiro	32.891
Rio de Janeiro	594	Porto Alegre	30.299
São Paulo	623	Manaus	27.870
Goiânia	763	Belo Horizonte	24.937
Recife	827	Goiânia	22.500
Fortaleza	895	Recife	21.588
Salvador	1.120	Fortaleza	15.175
Belém	1.191	Salvador	15.040
Manaus	1.578	Belém	13.334

Fonte: IBGE (2010a, [2010b], [2010c]). Elaboração: Autores.

Já na comparação Pessoas por FASFIL e IDH, há uma melhor simetria (Tabela 12) com as metrópoles do que com as Regiões Metropolitanas e RIDE.

Tabela 12

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E IDH NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações	Metrópole	IDH
Porto Alegre	456	Brasília	0,824
Curitiba	468	Curitiba	0,823
Belo Horizonte	540	Belo Horizonte	0,810
Brasília	588	São Paulo	0,805
Rio de Janeiro	594	Porto Alegre	0,805
São Paulo	623	Rio de Janeiro	0,799
Goiânia	763	Goiânia	0,799
Recife	827	Recife	0,772
Fortaleza	895	Salvador	0,759
Salvador	1.120	Fortaleza	0,754
Belém	1.191	Belém	0,746
Manaus	1.578	Manaus	0,720

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Tomando o Índice de Gini (Tabela 13), observa-se uma situação bem parecida entre as metrópoles e as Regiões Metropolitanas e RIDE.

Tabela 13

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E ÍNDICE DE GINI NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações	Metrópole	Índice de Gini
Porto Alegre	456	Curitiba	0,55
Curitiba	468	Goiânia	0,58
Belo Horizonte	540	Porto Alegre	0,60
Brasília	588	Belo Horizonte	0,60
Rio de Janeiro	594	Fortaleza	0,61
São Paulo	623	Belém	0,61
Goiânia	763	Manaus	0,61
Recife	827	Rio de Janeiro	0,62
Fortaleza	895	São Paulo	0,62
Salvador	1.120	Brasília	0,63
Belém	1.191	Salvador	0,63
Manaus	1.578	Recife	0,68

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Por outro lado, a correspondência entre Pessoas por FASFIL e Esperança de vida ao nascer é mais expressiva nas metrópoles (Tabela 14) do que nas Regiões Metropolitanas e RIDE.

Tabela 14

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações	Metrópole	Esperança de vida ao nascer
Porto Alegre	456	Brasília	77,4
Curitiba	468	Porto Alegre	76,4
Belo Horizonte	540	Belo Horizonte	76,4
Brasília	588	Curitiba	76,3
Rio de Janeiro	594	São Paulo	76,3
São Paulo	623	Rio de Janeiro	75,7
Goiânia	763	Goiânia	75,3
Recife	827	Salvador	75,1
Fortaleza	895	Recife	74,5
Salvador	1.120	Fortaleza	74,4
Belém	1.191	Belém	74,3
Manaus	1.578	Manaus	73,7

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

A relação com a variável Mortalidade infantil é bem melhor nas metrópoles do que nas Regiões Metropolitanas e RIDE (Tabela 15).

Tabela 15

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E MORTALIDADE INFANTIL NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações		Metrópole	Mortalidade infantil*
Porto Alegre	456	→	Porto Alegre	11,6
Curitiba	468	→	Curitiba	11,9
Belo Horizonte	540	→	Belo Horizonte	13,0
Brasília	588	→	Rio de Janeiro	13,0
Rio de Janeiro	594	→	Goiânia	13,1
São Paulo	623	→	São Paulo	13,2
Goiânia	763	→	Brasília	14,0
Recife	827	→	Salvador	14,9
Fortaleza	895	→	Recife	15,6
Salvador	1.120	→	Fortaleza	15,8
Belém	1.191	→	Belém	16,1
Manaus	1.578	→	Manaus	17,4

*Até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos).

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Comparando com as Pessoas com nível superior completo, a relação com as Pessoas por FASFIL é quase perfeita nas metrópoles (Tabela 16).

Tabela 16

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PESSOAS COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações		Metrópole	Pessoas com nível superior completo*
Porto Alegre	456	→	Porto Alegre	20,1
Curitiba	468	→	Curitiba	20,1
Belo Horizonte	540	→	Belo Horizonte	17,6
Brasília	588	→	Brasília	17,6
Rio de Janeiro	594	→	Rio de Janeiro	16,5
São Paulo	623	→	São Paulo	16,1
Goiânia	763	→	Goiânia	15,7
Recife	827	→	Recife	14,4
Fortaleza	895	→	Salvador	11,0
Salvador	1.120	→	Belém	10,4
Belém	1.191	→	Fortaleza	9,8
Manaus	1.578	→	Manaus	7,6

*Pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

As Regiões Metropolitanas e a RIDE apresentam, por sua vez, uma melhor relação do que as metrópoles quando se compara o percentual de vulneráveis à pobreza (Tabela 17).

Tabela 17

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E PORCENTAGEM DE VULNERÁVEIS À POBREZA NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações		Metrópole	% de vulneráveis à pobreza
Porto Alegre	456	→	Curitiba	7,9
Curitiba	468	→	Porto Alegre	12,5
Belo Horizonte	540	→	Goiânia	12,7
Brasília	588	→	Belo Horizonte	13,9
Rio de Janeiro	594	→	São Paulo	14,7
São Paulo	623	→	Brasília	16,0
Goiânia	763	→	Rio de Janeiro	16,4
Recife	827	→	Salvador	30,2
Fortaleza	895	→	Fortaleza	32,9
Salvador	1.120	→	Recife	32,9
Belém	1.191	→	Belém	33,3
Manaus	1.578	→	Manaus	33,5

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

Finalmente, a relação Pessoas/EASFIL e Formalização dos ocupados é quase igual nas Regiões Metropolitanas e RIDE e nas metrópoles (Tabela 18).

Tabela 18

RELAÇÃO ENTRE PESSOAS POR FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS E FORMALIZAÇÃO DOS OCUPADOS NAS METRÓPOLES EM ESTUDO - 2010

Metrópole	Pessoas por fundações e associações		Metrópole	Formalização dos ocupados*
Porto Alegre	456	→	Belo Horizonte	74,6
Curitiba	468	→	Curitiba	74,5
Belo Horizonte	540	→	Porto Alegre	73,5
Brasília	588	→	São Paulo	71,9
Rio de Janeiro	594	→	Brasília	71,6
São Paulo	623	→	Rio de Janeiro	71,3
Goiânia	763	→	Salvador	67,2
Recife	827	→	Recife	64,7
Fortaleza	895	→	Goiânia	63,1
Salvador	1.120	→	Manaus	61,3
Belém	1.191	→	Fortaleza	59,1
Manaus	1.578	→	Belém	54,6

*Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais.

Fonte: IBGE (2010a, [2010c]), PNUD (2010). Elaboração: Autores.

No sentido de analisar a distribuição espacial das organizações sociais no Brasil e relacioná-las com dados socioeconômicos nas regiões metropolitanas e nas metrópoles, é proposta uma síntese da relação entre Pessoas por FASFIL e os oito indicadores trabalhados anteriormente, mas considerando apenas aqueles níveis territoriais que tiveram mudanças na ordem hierárquica de cada variável que não excedesse duas posições.

No que concerne às Regiões Metropolitanas/RIDE, o melhor resultado, com altas relações, foi encontrado na Região Metropolitana de Curitiba, onde não houve mudança de mais de duas posições na ordem hierárquica entre Pessoas por FASFIL e as oito variáveis, como pode ser observado nas Tabelas 3 a 10. Apenas a RIDE do Distrito Federal e Entorno teve baixa relação entre Pessoas /FASFIL com cinco das variáveis analisadas resultando em mudança de mais de duas posições na hierarquia.

O mesmo ocorre na análise das metrópoles tendo novamente Curitiba as mais altas relações com todas as variáveis, não afastadas com mais de dois níveis hierárquicos do nível de Pessoas/FASFIL. Por outro lado, cinco variáveis afastam-se também em Brasília do nível hierárquico Pessoas/FASFIL com mais de duas posições (Tabelas 11 a 18).

No geral, observou-se que há uma correspondência entre as variáveis utilizadas, Pessoas/FASFIL e os indicadores socioeconômicos, com as Regiões Metropolitanas/RIDE e altas relações com as metrópoles.

4. Considerações Finais

Retomando a hipótese inicial, deve-se constatar o seguinte: (i) a relação entre Pessoas por Fundações (capital social) e PIB *per capita* (desenvolvimento) na escala das Grandes Regiões e das Unidades da Federação é pertinente na perspectiva de que corrobora a estrutura desequilibrada das regiões brasileiras. Merecem destaque os estados do Sul pela conhecida importância de suas organizações sociais (BIRKENER, 2006; BANDEIRA, 2003; 2007), embora não se possa afirmar, como no trabalho anterior (SILVA; SILVA; SILVA, 2009), que há uma relação perfeita considerando as mudanças nas posições hierárquicas na escala dos estados; (ii) o mesmo pode ser dito, em termos gerais, sobre a análise efetuada para as mais importantes regiões metropolitanas e metrópoles com relação a todos os indicadores sociais analisados, ou seja, as melhores posições são, na maioria dos casos, ocupadas pelas regiões metropolitanas e metrópoles do Sul e do Sudeste, acompanhados excepcionalmente pelo Distrito Federal e Entorno; (iii) os resultados para as escalas das regiões metropolitanas e, particularmente, para as metrópoles, são mais expressivos do que para a escala das Unidades da Federação, na comparação dos indicadores socioeconômicos com o PIB *per capita*, o que coloca uma sinalização importante para futuras análises sobre a relação capital socioterritorial e desenvolvimento. Com efeito, pode-se dizer, de forma geral, que é nas escalas metropolitanas (regiões e metrópoles) onde ocorre de forma mais relevante a relação entre enraizamento territorial, o enredamento e as ações de cooperação e projetamento, os três lados do triângulo da Figura 1. Isto indica que, na questão do desenvolvimento, envolvendo os estados, outros componentes mais abrangentes, sobretudo resultantes de políticas públicas e ação do capital decorrentes, destacadamente, das economias externas de localização, historicamente produzidas, deveriam ser tomados.

Por conseguinte, nos estados, regiões metropolitanas e metrópoles com menos desenvolvimento, em especial no Norte e no Nordeste, deveria ocorrer um esforço permanente de expansão do capital socioterritorial em várias escalas e setores, com o objetivo de incrementar as ações coletivas de interesse comum na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico.

Notas

- ¹ É a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em agosto de 2010, equivalente a ½ salário mínimo nesta data (PNUD, 2010).
- ² Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100 (PNUD, 2010).

Referências

- BANDEIRA, P. S. Algumas hipóteses sobre as causas das diferenças regionais quanto ao capital social no Rio Grande do Sul. In: CORREA, S. M. de S. (Org.). **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 15-59.
- BANDEIRA, P. S. Diferenças regionais quando ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, p. 93-124, 2007.
- BIRKENER, W. M. R. **Capital social em Santa Catarina**: o caso dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. Blumenau: FURB, 2006.
- EVANS, P. (Ed.). **State-Society synergy**: government and social capital in development. Berkeley: University of California, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/default.shtm>>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades, 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010**. Rio de Janeiro, [2010b]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra: Censo Demográfico, 2010**. Rio de Janeiro, [2010c]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, [1993] 1996.

SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. C. N.; COELHO, A. S. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. C. N.; SILVA, M. P. Organização social e indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo exploratório. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 617-633, set./dez. 2009.

Recebido em: 16/12/2016

Aceito em: 06/04/2017